



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de Birigui

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informação sobre providência disciplinar. Informação adequadamente prestada. Ausência de pretensão de reforma da resposta. Recurso não conhecido.

DECISÃO OGE/LAI nº 170/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Birigui, número SIC em epígrafe, para informações sobre providências disciplinares tomadas em relação a servidor, bem como cópia de documento punitivo.
2. Em resposta, o ente informou que se tratavam de informações pessoais. Em recurso, o ente informou que o servidor recebeu orientações verbais quanto à conduta e que não foi tomada nenhuma providência mais grave. Inconformado, o solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, requerendo providências sobre o caso.
3. Analisando-se o feito, constata-se que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos da Lei de Acesso à Informação. O interessado solicita informações sobre providências disciplinares tomadas em caso concreto narrado, sendo que o órgão prestou os esclarecimentos devidos, nos termos do artigo 11, caput, da LAI.
4. Vale ainda dizer que em âmbito recursal, o interessado formulou pedidos de providências ao órgão público para atendimento da solicitação. Destaque-se, neste ponto, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho ideal para a formulação deste tipo de pedido, conforme ampla jurisprudência do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, tendo antes por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme a Lei nº 12.527/2011.
5. Ademais, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação relacionada ao acesso a informações. Nesse sentido, Humberto Theodoro Jr. leciona:

“Constitui ainda, pressuposto do recurso a motivação, pois ‘recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto’ [...]. Disse muito





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

bem Seabra Fagundes que, se o recorrente não dá ‘as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um dos requisitos essenciais’. (Curso de Direito Processual Civil, v. III, 50ª Ed. p. 1120.)

6. Assim, considerando o adequado atendimento da demanda inicial e não se tratando de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 23 de maio de 2018.

MANUELLA RAMALHO
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL